O QUE ESPERAR DA ECONOMIA APÓS UM PRIMEIRO SEMESTRE FRACO?

FELIPPE SERIGATI[1], KELLEN SEVERO[2], ROBERTA POSSAMAI[3]

O cenário da economia para o segundo semestre é mais favorável. As medidas que estão sendo tomadas neste momento pelo Governo deverão gerar resultados mais fortes a partir do próximo ano. Para este ano, podemos esperar uma melhora na expectativa dos agentes, inflação controlada e possível redução da taxa de juros.

EMBORA, NO momento em que este artigo é escrito, ainda não estejam disponíveis todos os números referentes ao primeiro semestre de 2019, já está evidente que a economia brasileira "andou de lado" no período. Praticamente todos os setores registraram crescimento entre quase nulo e levemente moderado. Consequentemente, um dos principais problemas econômicos enfrentados pela sociedade prossegue em situação bastante desconfortável: o desemprego permanece operando em patamares elevados (embora tenha registrado leve queda quando em comparação ao mesmo período de 2018).

DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA: VARIAÇÃO ACUMULADA ENTRE JANEIRO E MAIO

(% A.A.)

SETOR	2018	2019
Atividade econômica (IBC-Br)*	1,4%	0,1%
Indústria geral	2,0%	-0,7%
Agroindústria	0,4%	1,5%
Comércio varejista restrito	4,8%	5,3%
Serviços	-1,3%	1,4%
Taxa de desocupação	12,7%	12,3%

*Variação acumulada entre janeiro e abril
Fonte: BCB; IBGE; FGV Agro

COM ESSE DESEMPENHO ECONÔMICO FRUSTRANTE, O PRIMEIRO SEMESTRE FOI PERDIDO?

Apesar do desempenho econômico frustrante, o primeiro semestre não foi completamente perdido. Do lado da agenda econômica, o Governo concentrou os seus esforços, notadamente, na aprovação da reforma da previdência. Mesmo com tropeços ao longo do caminho, há boas notícias com relação a essa reforma:

- Em algum momento entre agosto e setembro, essa reforma deverá estar, finalmente, aprovada. Com isso, abre-se espaço na agenda do Governo e nos debates dentro do Congresso para outras pautas fundamentais ao aquecimento da economia. Nesse ponto, é importante explicitar que a reforma da previdência nunca foi condição suficiente para fazer a economia crescer. Porém, certamente, é uma condição muito necessária; sem ela, não haveria qualquer chance de desarmar a bomba fiscal. Para cumprir com o objetivo de colocar as finanças públicas em trajetória sustentável, três ajustes fundamentais precisam ser discutidos:
  - Reforma da previdência de estados e municípios – infelizmente, esse ponto ficou de fora da reforma da previdência que está em votação.
  - Mudanças nas regras de contratação, remuneração, reajuste e estabilidade do funcionalismo público – nos corredores, esse conjunto de mudanças tem sido chamado de "reforma do RH do setor público". Uma boa notícia adicional é que o governo federal já está trabalhando com propostas nessa direção, como a Medida Provisória (MP) da reforma administrativa.
  - Mudanças nas regras de reajuste do salário-mínimo – como este é utilizado como valor de referência para diversas despesas públicas, há a necessidade de mudar a sua regra de reajuste e de desvinculá-lo de algumas dessas despesas.

- A reforma da previdência obteve uma votação razoavelmente expressiva no seu primeiro turno na Câmara dos Deputados. Essa votação foi mais robusta do que o mercado esperava e, consequentemente, gerou a expectativa de que, ao final de todo o processo de tramitação (segundo turno na Câmara dos Deputados e os dois turnos no Senado Federal), a reforma da previdência seja aprovada sem desidratações maiores. Uma vez encerrado todo esse processo, abre-se espaço para que novos itens da agenda de reformas entrem na pauta, com especial destaque para:
  - Reforma tributária – nesse ponto, há boas notícias, pois já há propostas em discussão.
  - Medidas voltadas para aumentar a capacidade do Governo de atrair investimentos privados, principalmente para as áreas de infraestrutura e saneamento básico – nessa direção, vale mencionar (i) os programas de privatização e concessões, (ii) as mudanças no marcorregulatório de setores específicos e (iii) a MP da liberdade econômica.

O QUE É POSSÍVEL ESPERAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE?

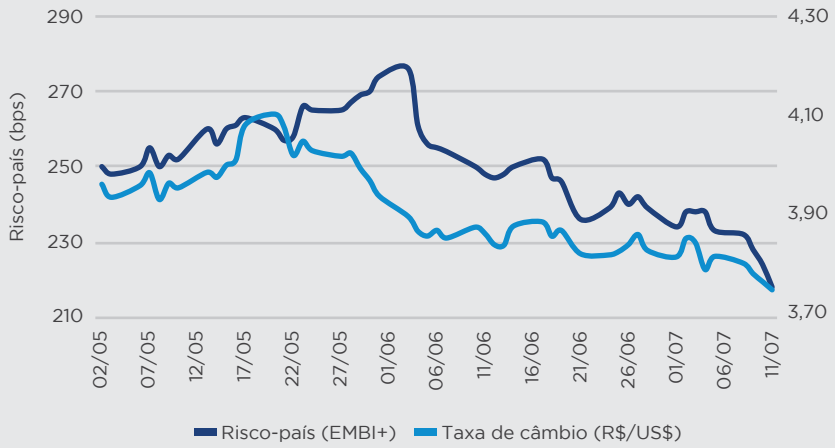
O cenário para o segundo semestre é mais favorável. Porém, não é prudente esperar que a economia passe a crescer de forma robusta já nesse semestre. Mesmo aquelas pautas que já estão sendo discutidas deverão gerar frutos somente a partir de 2020. Para o que resta do ano de 2019, é possível contar com os seguintes pontos:

- Melhora nas expectativas dos agentes devido à sinalização de que a agenda de reformas está caminhando.
- Como a inflação está bem desacelerada e as projeções sugerem que ela encerrará 2019 e 2020 abaixo da meta, o Banco Central (BCB) deverá dar início a um novo ciclo de redução da taxa de juros, podendo chegar a um inédito piso histórico de 5.5% a.a. Essa injeção de liquidez, certamente, trará um fôlego a mais para a economia ainda em 2019, mesmo que parte desses efeitos transborde de forma mais substancial somente para 2020.
- Por fim, talvez, seja possível contar com alguma medida de baixa potência do lado fiscal (algo como uma nova rodada de liberação de recursos no estilo daquela que foi feita em 2017 com o saldo das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS). ■

ESSA CONJUNTURA DEVE SER FAVORÁVEL PARA O AGRONEGÓCIO?

Certamente, a melhoria do ambiente econômico é favorável para todos os setores econômicos. Porém, no curto prazo, é importante ter consciência de que, conforme a agenda de reformas avança, há redução no risco-país e que os ativos associados à economia brasileira ficam mais atraentes. Isso atrai capital estrangeiro e torna o dólar mais barato. Logo, para aqueles setores que preferem uma taxa de câmbio mais alta, estejam preparados para operar com um real mais valorizado. Assim, conforme a agenda de reformas avança, a economia e o real se fortalecem.

RISCO-PAÍS *VERSUS* TAXA DE CÂMBIO ENTRE MAIO E JULHO DE 2019



Fonte: Ipeadata

1 Professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

2 Apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

3 Pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br